



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
“a ideologia de gênero distorce tudo”**

GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LA EDUCACIÓN INFANTIL:
“la ideología de género distorsiona todo”

GENDER AND SEXUALITY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION:
“the gender ideology distorts everything”

Lara Torrada Pereira
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
lara.torrada@hotmail.com

Paula Regina Costa Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
pribeiro.furg@gmail.com

Juliana Lapa Rizza
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
rizzalapajuliana@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar os efeitos do movimento antigênero em uma escola de educação infantil, situada em um município no interior do estado do Rio Grande do Sul, que se intitula como uma “escola promotora da igualdade de gênero”. Como estratégia metodológica e analítica, utilizamos a investigação narrativa. Para a produção de dados, realizamos entrevistas narrativas, encontros narrativos e diário de campo. O estudo apresentou o movimento antigênero, fomentado pelo slogan da “ideologia de gênero”, gerando efeitos na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) pesquisada, por meio de artifícios como um projeto de lei no poder legislativo, para proibir o debate das questões de gênero e de sexualidade; um ofício de um vereador do município questionando atividades da escola; além de questionamentos e embates com docentes da própria EMEI. Todavia, esse movimento, contrário às discussões de gênero e de sexualidade nessa escola de educação infantil, também promoveu luta e resistência, colocando profissionais da educação em ação para criar estratégias de debate: incluir as famílias nas discussões, abranger os temas gênero e sexualidade no projeto político pedagógico, bem como proporcionar espaços de formação continuada e contínua para as professoras sobre a temática.

Palavras-chave: Gênero. Educação Infantil. Ideologia de Gênero.

Resumen: El artículo quiere problematizar los efectos del movimiento anti género en una escuela de educación infantil ubicada en un municipio del interior del estado de Rio Grande do Sul (Brasil), que se autodenomina como una “escuela promotora de la igualdad de género”. Como estrategia metodológica y analítica, usamos la investigación narrativa. Para la producción de datos, realizamos entrevistas narrativas, encuentros narrativos y



un diario de campo. El estudio presentó el movimiento anti género, promovido por el eslogan de la “ideología de género”, generando efectos en la Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) investigada, a través de artificios como un proyecto de ley en el poder legislativo para prohibir el debate sobre cuestiones de género y sexualidad; una carta de un concejal del municipio cuestionando las actividades de la escuela; además de preguntas y enfrentamientos con los docentes de la propia EMEI. Sin embargo, este movimiento, contrario a las discusiones de género y sexualidad en esta escuela de educación infantil, también promovió lucha y resistencia, llevando a los profesionales de la educación a tomar medidas para crear estrategias de debate: incluir a las familias en las discusiones, abordar los temas de género y sexualidad en el proyecto político pedagógico, así como proporcionar espacios de formación continua y constante para las profesoras sobre el tema.

Palabras clave: Género. Educación Infantil. Ideología de Género

Abstract: This article aims to problematize the effects of the anti-gender movement in an early childhood education school, located in a city in the interior of the state of Rio Grande do Sul, which is entitled as a “school that promotes gender equality”. As a methodological and analytical strategy, we used narrative research. For the production of data, we conducted narrative interviews, narrative meetings and a field diary. The study presented the anti-gender movement, fostered by the slogan of “gender ideology”, generating effects in the researched Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), through devices such as a bill in the legislative branch, to prohibit the debate of gender and sexuality issues; a letter from a city councilor questioning school activities; in addition to questioning and clashes with teachers from the EMEI itself. However, this movement, contrary to discussions of gender and sexuality in this early childhood education school, also promoted struggle and resistance, putting education professionals into action to create debate strategies: including families in discussions, covering gender and sexuality issues in the political pedagogical project, as well as providing spaces for continued and continuous training for teachers on the subject.

Keywords: Gender. Early Childhood Education. Gender Ideology.

Introdução

“Escola promotora da igualdade de gênero”, assim intitula-se uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) situada em município da região Sul do Brasil. Essa denominação se dá em consequência de experiências e acontecimentos que atravessaram/atravessam tal escola. Por exemplo, sua participação em um projeto proposto por uma universidade federal brasileira, a proposição de ações e atividades com crianças e famílias e de formação continuada para gestão e professoras¹ sobre as temáticas de gênero e de sexualidade, pelo viés da igualdade e equidade.

Entretanto, ao falarmos de questões de gênero e de sexualidade, em interface com a infância, deparamo-nos com um discurso de que crianças são inocentes, puras, imaturas e pequenas demais para falar sobre tal tema, discurso esse, corrente na escola. Conforme aponta Paula Ribeiro, “a escola, fundada no discurso da inocência-pureza das crianças, argumenta que não há necessidade de falar sobre sexualidade na sala de aula, já que não há nada para dizer, nem escutar, nem para saber sobre sexualidade.” (2002, p. 64).

¹ Não utilizamos a flexão de gênero na palavra professora, pois todas as docentes dessa EMEI se reconhecem como mulheres.



Esse entendimento de que a criança é inocente e assexuada vem pautando um movimento “transnacional de repúdio ao gênero” (CORRÊA, 2018, s/p) o qual, desde a metade dos anos 90, de maneira deturpada, refere-se às discussões de gênero e de sexualidade como um perigo à família e às crianças; pois, segundo tal movimento, esses debates põem em risco valores morais e tradicionais de configuração familiar, de sexualidade e de modos de “ser homem” e de “ser mulher”.

Uma das estratégias desse movimento é chamar os Estudos de Gênero e de Sexualidade de “ideologia de gênero”, em busca de desqualificá-los e de deslegitimá-los, apresentando-os como ideológicos e destituindo seu caráter científico (PARÁISO, 2016). Desse modo, esse termo é usado para se referir a ideias, teorias, ações, propostas ou qualquer palavra que, de alguma maneira, escape às formas rígidas e conservadoras de entender o corpo, a sexualidade, a família e as relações entre homens e mulheres.

É importante destacar que o discurso e as afirmações feitas pelo chamado “movimento antigênero” são uma falácia. A “ideologia de gênero” é uma invenção para cercear e controlar o pensamento social e manter as normas de gênero e de sexualidade às quais nossa sociedade está confinada, reiterando a cisheteronormatividade² como padrão, correta, “normal”, tradicional.

Discursos como “confundir as crianças”, “ensinar que isso é normal” ou “influenciar a ser gay”, entre outros, causam incômodo em estudiosas/os de gênero que compreendem gênero e sexualidade como construções históricas e culturais. [...] Ou seja, ao defender que construímos o gênero a partir da cultura e do momento histórico que estamos vivenciando, possibilitamos refletir sobre os diferentes modos de ser homens e mulheres, não afirmamos que meninos e meninas podem “escolher” seu gênero, mas sim possibilitamos que seja pensado a respeito das muitas formas de vivenciar o gênero, as quais estão para além da materialidade biológica. (PEREIRA, *et al*, 2020, p. 118).

Logo, ninguém apoia ou “faz ideologia de gênero”, como se costuma ouvir nos discursos antigênero, tal ideologia é uma invenção narrativa, produzida em meio a uma rede de discursos – da criança inocente e assexuada; da família-reprodução; da heteronormatividade, entre outros. Entretanto, conforme coloca Michel Foucault (2014), o discurso produz objetos, põe em funcionamento enunciados e relações, e, por meio dele constituem-se práticas.

Portanto, o discurso da “ideologia de gênero” produz acontecimentos, pânico moral, processos judiciais contra docentes, projetos de leis para barrar as discussões de gênero e de sexualidade no espaço da escola, e outros discursos a partir dele. Desse modo, esse artigo tem como objetivo problematizar os efeitos do discurso antigênero em uma escola de

² O conceito de cisheteronormatividade, empregado por estudiosas/os de gênero e de sexualidade, refere-se a uma lógica social pautada na cisgeneridade e na heterossexualidade como norma, que oprime e marginaliza sujeitos que rompam com a cisheteronorma (SEFFNER; FELIPE, 2022).



educação infantil, situada em um município no interior do estado do Rio Grande do Sul que se intitula como uma escola promotora da igualdade de gênero.

Para tecer essa problematização, é importante observar alguns “rastros” na história dessa EMEI, verificar acontecimentos passados, mas não apenas para contar fatos históricos, buscando apresentá-los em uma linha do tempo, ou almejando comprovações do que se estabelece no presente, mas também, com isso “fazer a história do presente” (FOUCAULT, 2008, p. 29). Ou seja, não buscamos apenas narrar o passado, mas pensar que condições possibilitaram, no presente, efeitos de um discurso antigênero reverberando nessa EMEI.

Nesse sentido, neste artigo³, trilhamos caminhos metodológicos de que nos proporcionam aproximação de histórias contadas por sujeitas que, de alguma forma, estão imersas na construção da EMEI. As histórias e as narrativas não foram descritas de maneira cronológica ou em um tempo linear, mas constituídas à medida que vão construindo e dando sentido ao texto. Nessa direção, Jorge Larrosa nos diz que “o dizer-se narrativo não implica uma descrição topológica, mas uma ordenação temporal. Assim, o narrador pode oferecer sua própria continuidade temporal, sua própria identidade e permanência no tempo” (2008 p. 69).

Além disso, apoiamo-nos em outras/os autoras/es dos Estudos de Gênero e Estudos da Sexualidade, que vem investigando e denunciando o factoide da “ideologia de gênero” para possibilitar a análise dos dados, entre elas/es: Rogério Junqueira, Marlucy Paraíso, Sônia Corrêa, Richard Miskolci e outras/os.

Neste momento, passamos a apresentar as diferentes estratégias metodológicas acionadas para chegarmos ao objetivo do nosso texto.

Percorrendo Rotas Metodológicas

Este artigo é afetado e constituído pelo referencial teórico e metodológico da perspectiva pós-estruturalista e pelos escritos de Michel Foucault e suas/seus estudiosas/os, que nos possibilitam pensar e problematizar os modos como nos tornamos sujeitos, como vamos nos produzindo nas relações de poder, nas relações com as/os outras/os e como constituímos as vivências de gênero e de sexualidade em meio aos jogos de verdade.

³ Este artigo integra a pesquisa de Doutorado intitulada “A constituição de uma escola de Educação Infantil como promotora das questões de gênero e sexualidade”, a qual objetiva investigar como uma EMEI, situada no Município de Rio Grande, vem se produzindo, em meio a relações de poder/saber, instituição que promove o debate das questões de gênero e de sexualidade.



Assumir a perspectiva teórica pós-estruturalista é partir do pensamento de que não existem verdades absolutas, nem mesmo caminhos únicos que se queira ou mesmo que se deva chegar. Nas palavras de Marlucy Paraíso, “as pesquisas educacionais pós-críticas constituem sistemas abertos, compostos por linhas variadas, elas também compõem linhas, tomam emprestado algumas e criam outras.” (2004, p. 284).

Desse modo, as produções no campo educacional, a partir dessa perspectiva teórica, possibilitam promover rupturas nas práticas educacionais, nos currículos e nas pedagogias, tencionando a rede de poder-saber e as normas rígidas que as constituem, para que haja abertura, transgressão, subversão e multiplicação de sentidos para a diferença (ibid, 2004). Entendemos, então, nessa perspectiva, que uma escrita não é linear, que os caminhos da escrita e dos processos metodológicos são uma produção, uma construção que acontece a partir do que nos mobilizam pensar enquanto autoras.

Além disso, a construção e condução metodológica também é uma produção discursiva em que, por meio de determinadas ferramentas metodológicas, faz circular significados e construir sentidos sobre o tema e sobre os objetivos. Assim, almejamos problematizar os efeitos do discurso antigênero reverberantes nessa EMEI, a partir das narrativas das profissionais da educação que integram a escola. Para tanto, estamos entendendo a narrativa como processo de falar de si e, conseqüentemente, de produzir outras narrativas; ou seja, no processo de contar e ouvir histórias, o sujeito constitui suas experiências.

Nesse sentido, a investigação narrativa é estratégia potente, a partir de seus instrumentos de produção e de análise de dados possibilita os sujeitos falarem de si e de suas experiências a partir do foco de investigação e das interlocuções suscitadas. Para Roney Castro, “a perspectiva das investigações narrativas insere-se no campo da educação, considerando-a como processo de construção e reconstrução de histórias pessoais e sociais” (CASTRO, 2014, p. 43), cujas/os sujeitas/os envolvidas/os participam das redes discursivas que produzem, interpretam, e constroem histórias relacionadas à educação, à escola e às vidas.

Portanto, destacamos três caminhos percorridos para a produção das narrativas⁴ apresentadas neste artigo: (1) Entrevistas narrativas; (2) Encontros narrativos; e (3) Diário de Campo. Na seqüência, elucidamos cada um deles.

4 Diante do fato de este artigo ter a participação de seres humanos nas entrevistas narrativas e nos encontros narrativos, e, na intenção de respeitar os princípios éticos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande, e aprovada com número do parecer 5.019.828.



1. Entrevistas Narrativas

Tomamos as narrativas a partir das entrevistas na função de ferramenta que nos oportuniza um aprofundamento em aspectos específicos da **história** do contexto da escola, que nos possibilita problematizar os efeitos do discurso antigênero na EMEI. Então, olhamos para as narrativas de algumas profissionais da escola, pois elas vão nos permitir ouvir as histórias que vem constituindo a escola. Tomamos as narrativas da equipe diretiva e pedagógica da EMEI, composta por Belmira⁵, Antonieta e Cecília, bem como das professoras da EMEI, **Nísia e Luma**, participantes do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero - posteriormente apresentado.

2. Encontros Narrativos

Os encontros narrativos foram espaços de diálogos coletivos com todas as professoras e com membras da equipe diretiva e pedagógica da EMEI, para nos aproximarmos de experiências compartilhadas entre elas, bem como investigarmos como percebem as discussões de gênero e sexualidade no ambiente da escola. A partir desses encontros, percebemos algumas narrativas e tensionamentos produzidos imersos ao disseminado discurso antigênero, problematizado nas análises de dados. Os encontros narrativos aconteceram em dois movimentos: (a) Rodas de conversas – encontros que ocorreram pela manhã e pela tarde na EMEI, nas quais foram ouvidas narrativas das professoras sobre seus entendimentos no âmbito das questões de gênero e sexualidade na Educação Infantil; (b) Curso de formação – intitulado “Infâncias, Gêneros e Sexualidades: encontros e experiências possíveis”, espaço de formação sobre as questões de gênero e de sexualidade, para as profissionais que atuam na referida instituição, como resultado de uma solicitação da direção da EMEI ao Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE/FURG). Desse curso, emergem algumas narrativas, entendidas/consideradas material empírico para análise neste texto.

Participaram dos encontros narrativos 15 professoras: Nísia, Anália, Esther, Bertha, Joana, Dorina, Thaisa, Maria Teresa, Jaqueline, Luma, Mariazinha, Sonia, Guacira, Elisângela e Macaé. E também as 3 mulheres membras da gestão da escola: Belmira, Antonieta e Cecília.

⁵ Todas as participantes deste estudo assinaram um termo de consentimento, autorizando o uso de suas narrativas. As narrativas das participantes, apresentadas em itálico ao longo do texto, estão pautadas em princípios éticos. A fim de garantir o anonimato das professoras e buscando preservar a identidade de cada uma, utilizamos pseudônimos inspirados em mulheres que marcaram a história e foram importantes na educação brasileira.



3. Diário de Campo

Outro instrumento de produção de dados utilizado como metodologia foi o Diário de Campo, nos quais fizemos registros das observações durante a pesquisa. O diário de campo é uma valiosa forma de registro, dentre os diversos instrumentos possíveis, capazes de resultar em textos potentes a serem utilizados em uma investigação narrativa.

À medida em que foi transcorrendo a aproximação com a EMEI, registramos aquilo que ouvimos, vimos e sentimos no trabalho de campo, como nos espaços propostos por esse estudo: reunião de apresentação da pesquisa; realização de entrevistas; rodas de conversas (que fizeram parte do que chamamos de encontros narrativos). Além desses, outro espaço organizado pela escola foi acompanhado pelas autoras: reunião com familiares de crianças que estavam na escola. Para Daniel Bertaux “na pesquisa de campo o pesquisador tem o cuidado de, antes de tudo, abrir seus olhos, seus ouvidos, sua inteligência e sua sensibilidade ao que poderá lhe ser dito ou mostrado” (2010, p. 39).

Dado exposto, tomando a investigação narrativa como metodologia para a produção de dados, apontamos os dados produzidos neste estudo – entrevistas narrativas, encontros narrativos e diário de campo – como produções discursivas. Assim, para analisar e problematizar essas narrativas, utilizamos algumas ferramentas de análise propostas nas obras de Michel Foucault (2002; 2014), por entender que suas teorizações permitem, a partir da operacionalização de conceitos, pensar acontecimentos do presente. O autor, em entrevista a Roger Pol-Droit (2006), já problematizava a noção de que seus livros poderiam ser compreendidos como caixa de ferramentas e se “as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa [...]” (2006, p. 52), que se sentissem à vontade para assim o fazer.

Desse modo, a partir do objetivo deste estudo, passamos a problematizar os efeitos do discurso nessa EMEI, situada no Município de Rio Grande e intitulada escola promotora da igualdade de gênero.

Debates de gênero e de sexualidade na Educação Infantil: o imaginário de que *tem muita coisa por trás*

Buscamos, neste estudo, acionar tramas históricas para pensar a atualidade, fatos do presente, a partir de rastros históricos colaboradores para refletirmos que condições possibilitaram que se chegue no momento presente. Essa história não está baseada na história tradicional construída por historiadoras/es, nem visa encontrar uma origem e uma



justificativa para os acontecimentos. Ao contrário, olhar para a história a partir de Foucault é saber que “o objeto de estudo nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis, num dado momento ou num lugar determinado, mas somente alguns aspectos escolhidos” (VEYNE, 2008, p. 44) para pensar fatos atuais.

Olhar a história é escolher alguns aspectos/momentos significativos, representantes e/ou entrelaçados com as condições que possibilitaram a emergência da temática estudada. No caso deste estudo, consiste em olhar alguns fragmentos que, articulados, possibilitam-nos pensar e problematizar os efeitos dos discursos antigênero na atualidade na EMEI investigada.

A história é subjetiva, os fatos elencados em uma história não existem isoladamente, são produzidos e articulados em uma trama, que, não necessariamente, organiza-se de maneira cronológica, “ela pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais [...]” (VEYNE, 2008, p. 42). Nesse sentido, não de maneira cronológica, mas compondo a trama histórica da EMEI, mencionamos o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero condição que possibilitou que tal EMEI se reconhecesse promotora da igualdade de gênero.

A EMEI pesquisada está alocada no Município de Rio Grande e foi inaugurada no ano de 2016. No final daquele ano, no início das atividades na escola, uma das professoras da EMEI, Nísia, que atuava no momento no nível I⁶, vivenciou uma situação em que se depara com um aluno mostrando o “bumbum” para outro nas dependências da escola. Ela conta: [...] *quando veio a situação que eu peguei duas crianças se olhando com as calças abaixadas se olhando o bumbum, então eu cheguei pra uma outra professora e eu disse ‘olha ali, eles tão sozinhos, eles estão se olhando’ [tom assustado] e ela disse: ‘tá, calma! tudo bem, tô indo ali’, [...] e aí eu percebi que não cabe para uma professora esse choque e pensei que precisava me atualizar, que estava desatualizada e aí casou bem com a proposta desse edital [a professora referia-se ao edital do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero] (Nísia, entrevista, 2021).*

O edital mencionado pela professora Nísia foi divulgado no ano de 2017 pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) para a inscrição de professoras e professores com interesse em participar do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero. Por meio do projeto, professoras/es poderiam vincular-se a um espaço de estudo e de discussão das temáticas de gênero e de sexualidade, com o intuito de desenvolver ações em suas escolas, para promover reflexões acerca da igualdade e equidade dos gêneros e das sexualidades.

Cabe salientar que, desde a primeira edição do projeto, no ano de 2017, diferentes ataques e intervenções de grupos conservadores do movimento antigênero e da retórica da “ideologia de gênero” afetaram não só a escola participante da pesquisa, mas o próprio Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero e o grupo de pesquisa.

6 Que abrange crianças de 4 anos.



Com um discurso de “lutar contra a ideologia de gênero”, que emergiu paulatinamente, em meados dos anos 90, de maneira articulada, setores conservadores foram ganhando espaço, gerando polêmica e capturando a mídia e espaços em palanques e assembleias políticas no Brasil e no mundo, fazendo com que o factóide “ideologia de gênero” “fosse integrado à linguagem corrente” (JUNQUEIRA, 2022, p. 43). O alvo central de ataques do movimento antigênero tem sido o espaço escolar, as professoras, os professores e o currículo.

No Brasil, a partir do ano de 2014, os discursos reacionários e antigênero se intensificaram em forma de ataque à implementação do Plano Nacional de Educação e também dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, tendo em vista que os documentos traziam, em sua versão original, diretrizes para a superação das desigualdades, sejam elas de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia, entre outras, e a promoção da igualdade de gênero e de sexualidade. Foi um movimento nacional que, por meio dos próprios agentes de Estado, buscou cercear a temática de gênero e de sexualidade no espaço da escola, estimulando e promovendo “investidas contra a escola pública, com vistas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e socialização para o convívio plural, cidadão e democrático.” (JUNQUEIRA, 2022, p. 45).

Esse movimento de repúdio ao gênero, muito incentivado pela arena religiosa, chegou, em um primeiro momento, no Município de Rio Grande, com maior mobilização no ano de 2015, quando seria votado o Plano Municipal de Educação (PME) (Figura 1).

Figura 1 - Colagem dos panfletos e artes que circulavam na cidade de Rio Grande no ano de 2015.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.



Percebemos, nessas imagens, um forte apelo para o combate à “ideologia de gênero como diretriz para Educação”, bem como um movimento que visa convocar a comunidade a estar presente e reivindicar contra o texto redigido para o novo PME, em específico o parágrafo 7.35, o qual trazia, em seu texto, a garantia de conteúdos acerca de questões de gênero e orientação sexual, buscando promover a diversidade e enfrentar o sexismo, racismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia, a transfobia e demais discriminações no ambiente escolar, no currículo e nas práticas pedagógicas. Na votação da Câmara das/os Vereadoras/es, por maioria dos votos, foi suprimido o referido parágrafo.

Entretanto, ainda que houvesse essa conjuntura no município, o GESE manteve o trabalho que vinha desenvolvendo nas escolas do município e colocando as questões de gênero e de sexualidade em pauta. Como um ato de resistência e de luta, com respaldo em políticas públicas educacionais, ainda, o grupo de pesquisa lançou, em 2017, o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero, possibilitando, nesses 7 anos de ação (de 2017 a 2023), a formação continuada e contínua de professoras e professores e produzindo, junto as/os docentes e gestoras/es de escolas, estratégias de resistências para manter as discussões.

Trazer essa história que interpela a educação no Município de Rio Grande se faz fundamental não para apresentar um ponto de origem, “mas, ao contrário, como episódio bastante curioso da história [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 13), ao fornecer pistas para problematizar os efeitos do discurso antigênero que alcançaram o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero, as escolas vinculadas a ele e, em especial, a EMEI apresentada neste artigo.

Outro marco importante dos atravessamentos do movimento antigênero, ocorreu ainda em 2017: a proposição do projeto de lei intitulado “Programa Escola sem Ideologia de Gênero”, por parte de um vereador do município, que, ao retomar o assunto abordado no slogan “ideologia de gênero”, pautava-se em um discurso para cercear discussões sobre diversidade e multiplicidades no espaço da escola. Essa proposta veio após a exibição de uma reportagem, na TV aberta, a qual apresentava ações desenvolvidas pela EMEI com as crianças.

Uma dessas ações foi uma atividade desenvolvida junto ao projeto da escola, conhecido como Liga da Coruja⁷, que levou para todas as salas da escola a contação da história do livro “Pipo e Fifi”, da autora Caroline Arcari. A obra aborda, de maneira lúdica, a temática

⁷ Um grupo de “super-heróis” e “super-heroínas” formado pelas crianças do nível I A (crianças de 4 anos) da EMEI que, a partir da vivência do cotidiano, desenvolvem atividades em prol de demandas presentes na escola.



do cuidado com o corpo, esclarecendo que as partes íntimas não podem ser tocadas ou vistas sem permissão. Além disso, a reportagem retratou o debate feito pela EMEI com as crianças, sobre organização dos banheiros, privacidade e respeito ao se utilizar esse espaço – dividido por turmas e não por gênero. Houve, inclusive, um movimento nas redes sociais, em que foram levantadas discussões sobre o fato de a EMEI expor os corpos das crianças com o uso dos banheiros coletivos. Ainda, a escola foi questionada nas redes sociais e por alguns familiares das crianças por estar abordando a respeito da sexualidade abertamente.

Esses e outros movimentos contra as discussões de gênero e de sexualidade afetaram a EMEI, tendo em vista que as reportagens foram sobre as ações dessa instituição. Foi, então, preciso criar estratégias de resistência para enfrentar as acusações e manter o projeto em andamento. A EMEI, por exemplo, propôs encontros com os familiares das crianças para esclarecer as temáticas dialogadas na escola. Conforme relata Belmira, Antonieta e Nísia, o apoio recebido das famílias foi fundamental para o andamento do trabalho na EMEI, isso porque havia um envolvimento das famílias com a proposta da escola e, com isso, os responsáveis das crianças também saíram em defesa do trabalho desenvolvido (Belmira; Nísia, entrevista, 2021).

Essas situações aconteceram ainda em 2017, no primeiro ano do projeto⁸, e a retórica da “ideologia de gênero” não findou na EMEI, pois vem se atualizando e reverberando na escola de diferentes formas.

Outra narrativa que ocorreu por parte da gestão da escola, foi sobre o grupo de professoras da EMEI. No período de 2017, em que foi preciso mobilização para defender as ações desenvolvidas pela escola sobre as temáticas de gênero e de sexualidade, o grupo de docentes estava alinhado ao debate em função de um movimento de construção coletiva que vinha à escola, tendo em vista sua inauguração no ano de 2016. Havia, entre a maioria do grupo, cujos participantes estavam juntos praticamente desde o início das atividades, uma unidade epistemológica sobre a identidade da escola e sobre as perspectivas do trabalho com as crianças no que se refere à igualdade e equidade de gênero.

Entretanto, na entrevista, Antonieta mencionou que a Pandemia de Covid-19, a qual afrontou o mundo e o Brasil, trouxe consequências também nessa estrutura de grupo. Ela conta: *[...] veio a pandemia, e com ela cruzou de professores novos estarem chegando na escola, então nós não tivemos tempo hábil de falar com professor, de contar para o professor o que a gente estava fazendo, não foi um ou dois professores foi um grupo grande, uns*

⁸ Ver: Artigo publicado pelas mesmas autoras e será incluído após passar pela avaliação da revista a fim de não haver identificações no trabalho.



10 que chegaram novos, quase a metade do grupo. Então quando a gente estava começando a fazer essa fala com eles vem a pandemia, vem o afastamento, vem a gente lá online vivendo situações que não era nem do nosso cotidiano falar apenas por aparelho celular, inventar atividades desde os bebezinhos até os maiores (Antonieta, entrevista, 2022).

Conforme a Professora Antonieta, o isolamento social, indispensável para conter a disseminação do vírus de Covid-19, trouxe a necessidade de inúmeras adaptações para que a escola se mantivesse ativa. Dessa forma, a emergência do momento, de algum modo, desviou a possibilidade de uma formação e de um alinhamento de perspectiva de trabalho da escola. A Professora Belmira (entrevista, 2021) relata que, em novembro de 2020, a gestão da EMEI, fez um convite para a comunidade escolar – professoras, funcionárias/os e familiares das crianças – para a produção de um vídeo a ser veiculado na página da escola, na rede social *Facebook*, fazendo alusão ao Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres (25 de novembro).

Esse convite emerge também devido a uma situação brutal de feminicídio que aconteceu em um bairro próximo à escola. De acordo com a gestora, nesta oportunidade, uma professora manifestou-se contrária à produção audiovisual, pois, segundo Belmira, para a professora em questão, *esse assunto não tinha a ver com as crianças* (Belmira, entrevista, 2021). O contraponto feito por Belmira foi que, mesmo a situação da violência, naquele caso em específico, não ter uma ligação direta com as crianças, a proposta advinda com o convite para a produção do vídeo emergiu como forma de mobilização e repúdio à violência contra mulheres. Esse exemplo foi ao encontro da retórica de que a professora dessa consideração era nova na escola e de que ela não vinha acompanhando, desde 2017, os movimentos e as discussões de gênero e de sexualidade pautados pela escola.

A pandemia começou a ficar mais controlada devido às vacinas, mesmo que ainda com restrições, a escola foi retomando às atividades presenciais em 2021 e, com isso, outras situações de embates e discordâncias sobre as temáticas de gênero estar em pauta no espaço da escola aparecem. Observemos a narrativa da professora Cecília, ao mencionar uma conversa sobre a importância do diálogo com as crianças para a igualdade e equidade de gênero com a mesma professora que se opôs a gravação do vídeo, a qual acredita e reverbera o discurso da “ideologia de gênero”: [...] tem uma professora aqui que me diz assim ‘tu não enxergas, tu vê de uma maneira simples, tu vê essa infância, mas tem muita coisa por trás’ e eu também tento respeitar essa visão dessa professora (Cecília, entrevista, 2022).



Nessa narrativa, há um ponto importante que merece/precisa ser destacado, reverberado pelo discurso antigênero: a ideia de que há algo “por trás” do trabalho das questões de gênero e de sexualidade no espaço da escola. Com um tom alarmista, tanto os discursos antigênero, quanto a professora, consideram que os debates vão além da busca por igualdade e equidade de gênero e de sexualidade, gerando consequências nefastas à sociedade brasileira, temendo a dissolução da família, a apologia à pedofilia, a destruição da infância, o rompimento dos gêneros (XAVIER-FILHA, 2018).

A hipótese de uma ameaça à infância e à juventude culmina na ideia de uma desvirtuação moral, em que crianças e jovens seriam doutrinados a serem homossexuais, que poderiam escolher o seu gênero e que haveria uma incitação a práticas sexuais. As narrativas e ataques do movimento antigênero foram criando cenas e cenários imaginários – como o suposto “kit gay”⁹ ou a “mamadeira de piroca”¹⁰ – para fortalecer o argumento de terrorismo às discussões de gênero e de sexualidade. Na EMEI apresentada, o espaço do banheiro foi cenário de destaque para a fantasiosa lógica de abordar questões de gênero e de sexualidade ser uma ameaça à infância.

Como mencionado anteriormente, a reportagem exibida no ano de 2017, a qual trazia o trabalho desenvolvido pela EMEI mostrando uma das turminhas da escola utilizando o banheiro, abriu espaço para a escola ser acusada, nas redes sociais, de deixar as crianças nuas, ao mesmo tempo, no uso do banheiro. Desde então, a escola precisou explicar, nas reuniões de famílias, como ocorria o funcionamento e o uso dos banheiros. A gestão da EMEI evidenciou ser comum os banheiros na Educação Infantil separados e organizados por turmas e não por gênero, isso para haver melhor orientação e condução da professora com as questões relacionadas à higiene de cada criança, debates esses que permeiam o fazer docente no âmbito da Educação Infantil.

Entretanto, o pânico instaura-se a partir de um discurso de que as crianças vão ficar nuas juntas, que vão poder olhar os corpos do/da colega. Nessa direção, a professora Cecília traz o seguinte relato: [...] *esse ano a gente teve pais nos procurando dizendo que não queriam os banheiros daquela maneira [separados por turmas], outros dizendo ‘meu filho tá aqui vou ter que aceitar de qualquer jeito, mas eu não concordo’, crianças também indo ao banheiro e dizendo que a coleguinha estava lá ‘eu não quero ir no banheiro porque eu tenho medo de ir no banheiro porque a minha mãe falou em casa que o banheiro vai todo mundo’.*

9 Material produzido pelo Ministério da Educação para debater questões de gênero e de sexualidade em escolas no ano de 2011, dentro do Projeto Escola sem Homofobia, do Governo Federal.

10 Expressão conhecida em função de uma notícia falsa que surgiu com um vídeo publicado por um usuário da rede social Facebook, no dia 25.09.2018, em que o autor da gravação mostra uma mamadeira com bico de borracha em formato de pênis e diz que o objeto é “distribuído em creche, para seu filho, com a desculpa de combater a homofobia”.



Isso aconteceu porque tanto esses pais, quanto essas professoras novas não construíram junto, não pensaram junto [...] e já chegaram influenciados por muita mídia lá fora, trouxeram as crianças para cá, mas pensando eu vou para lá, mas eu vou falar do banheiro e vou mudar aquilo (Cecília, entrevista, 2022).

A influência da mídia a que se refere Cecília, é a disseminação, principalmente em redes sociais, do pânico moral gerado pelas/os apoiadoras/es do movimento antigênero sobre as temáticas de gênero, sexualidade e corpos como conteúdos inadequados para crianças. Para Richard Miskolci, pânico moral é a “forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos” (2007, p. 111). Ou seja, emerge a retórica de que a sociedade, as famílias e a infância estão sob ameaça em busca de fortalecer e ampliar o movimento antigênero, cerceando a possibilidade de se falar e se pensar sobre igualdade entre homens e mulheres, sobre múltiplas formas de ser família, que não apenas a heteronormativa, sobre crianças terem conhecimento sobre seus corpos, sobre autocuidado e informação para romper com os inúmeros casos de abuso sexual infantil.

No relato da professora Nísia, o banheiro também aparece, justamente como um desencadeador para as discussões de cuidado com o corpo, de respeito com o espaço privado da/do coleguinha: [...] *foi justamente aí que a gente dialogou que o banheiro se usa individual e por que se usa individual, porque só vai tirar a roupa quando tu tá sozinho, que não é legal tirar a roupa num ambiente público, que os outros vão ficar te olhando. Aí entrou a questão da prevenção do abuso, porque aí se eu tiro a roupa pra qualquer pessoa daí qualquer pessoa pode estar me tocando e não, não é assim. Daí do banheiro saiu pra gente dialogar com a questão do público e do privado, o que que eu posso permitir e o que não posso permitir (Nísia, entrevista, 2021).*

Esse trabalho, realizado por Nísia com as crianças em 2017, resultou na filmagem dos banheiros para a reportagem no mesmo ano, mas que, a partir de então, gerou diferentes especulações sobre a forma como os banheiros são utilizados e que faz com que até o ano de 2023 (que estamos atualmente) a temática do banheiro seja uma pauta com as famílias. Nesse sentido, Belmira traz uma importante consideração, dizendo: [...] *enquanto gestora eu não tenho esse medo, eu tenho a minha consciência tranquila de que a gente não faz nada que vá violentar essa criança em todos os sentidos, prejudicar ou distorcer o que ela pensa, não tenho medo disso. Então eu deixo claro para as famílias a segurança que eu tenho nisso e deixo claro para as famílias o que é que acontece aqui dentro da escola (Belmira, entrevista, 2021).*



Ao mesmo tempo que a professora traz essa narrativa na entrevista, buscando deixar claro sobre o trabalho da escola, ela diz que os debates de gênero e de sexualidade acontecem quando parte das crianças (Belmira, curso de formação, 2021). Essa afirmativa foi expressa para as professoras algumas vezes no curso de formação e também na reunião com as famílias em 2022 (diário de campo da autora). Assim, Belmira utiliza essa alegação como estratégia para contrapor o enunciado da “ideologia de gênero” que traz os debates de gênero e sexualidade como uma incitação das crianças, ou seja, quando ela afirma que essas temáticas só aparecem quando alguma criança faz perguntas, por exemplo, fica exposto que a escola não levou questões de gênero e de sexualidade para o debate, mas a criança.

O *slogan* da “ideologia de gênero” vem se propagando e tentando controlar os debates nas escolas, com a finalidade de as questões sobre gênero e sexualidade não serem incluídas nos currículos como conteúdos escolares. Entretanto, como afirmou Belmira, esses temas partem das crianças, evidenciando a escola como um espaço generificado e sexualizado, não porque adultas/os impõem essas temáticas, mas porque são questões da vida das crianças, oriundas dos corpos, das brincadeiras, das fantasias, das relações e das configurações das próprias famílias.

Por reconhecer esse espaço permeado por gênero e sexualidade também afirmamos que a escola é um lugar potente e que essas temáticas integram o currículo e o trabalho docente como conteúdos a serem (des)construídos com crianças, professoras/es, equipe pedagógica, diretiva e comunidade escolar. No entanto, nos embates propagados pelo movimento antigênero para impedir o debate dessas temáticas os contraditores “alegam agir em ‘defesa das crianças’, da ‘inocência da infância’, do ‘direito das crianças a uma família com um pai e uma mãe’ e, especialmente nesse caso, do ‘direito [exclusivo] dos pais educar seus filhos” (JUNQUEIRA, 2018, p. 187).

Esse discurso, conforme aponta o autor Rogério Junqueira, de algum modo, interpela essa EMEI, à vista disso, Belmira, ainda que reconheça e identifique a EMEI enquanto uma escola promotora da igualdade de gênero e de sexualidade, utiliza-se da estratégia de dizer que o debate só vai acontecer se partir da criança. Em contraponto a mesma professora que reitera que a escola não precisa pontuar as questões de gênero, ela reconhece que foi preciso uma ação da instituição.

As professoras precisaram enfatizar uma discussão que permeia as discussões de gênero e de sexualidade relacionadas ao uso dos banheiros: As pessoas acham que pra tu trazer o gênero pra dentro da escola tu tem que pontuar o gênero e tu não precisa pontuar, basta tu lidar com naturalidade e respeito a estas pessoas aqui dentro, e deixar as crianças



livres, sem trazer todo um tabu por trás disso pra essa criança. Claro que a gente acabou trazendo o gênero de forma mais gritante por uma questão específica dos banheiros, e isso é uma coisa que bate sempre na porta da Educação Infantil, porque é a idade das crianças, é a idade que elas estão conhecendo o corpo, é a idade que elas querem se espiar, então acaba vindo o banheiro como um assunto pontual de todos os anos [...] (Belmira, entrevista, 2021).

Pelo fato de a escola ser um espaço em que pulsam questões de gênero e de sexualidade, muitos assuntos “batem na porta da Educação Infantil” – como nascem os bebês?; o menino pode brincar de boneca?; por que minha colega tem duas mães?; a professora pode jogar futebol? – e a temática dos banheiros é uma delas. Isso porque esse é um espaço em que questões relacionadas aos corpos se manifestam – desde a escovação de dentes, da necessidade de tirar a roupa para fazer xixi, até a curiosidade sobre o corpo da/o outra/o.

Desse modo, temas podem e devem ser trabalhados na esfera das questões de gênero e de sexualidade, a partir do modo de uso dos banheiros, como privacidade e autonomia, por exemplo. A interação na escola de Educação Infantil possibilita às crianças construir “percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros [...]. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio.” (BNCC, 2017, p. 40).

Como uma escola promotora da igualdade de gênero e de sexualidade, há intencionalidade por parte da escola e de algumas professoras em promover ações que pautassem questões de corpos, de privacidade, de respeito com a/o colega, temas no leque das temáticas de gênero e sexualidade com as crianças.

Reconhecemos e afirmamos diferentes formas pensadas e construídas para promover esse debate e, dessa forma, produzindo estratégias de acordo com as características e as demandas de cada público, desde propostas destinadas para as crianças da Educação Infantil até as/os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em função disso, é preciso formação teórica de profissionais da educação, para que os mais diversos assuntos das temáticas de gênero e de sexualidade sejam trabalhados/abordados de maneira didática e acessível, possibilitando, assim, a promoção da igualdade e da equidade de gênero e de sexualidade no espaço da escola.

Nessa direção, a professora Belmira também vem compreendendo o debate sobre as questões de gênero e sexualidade na escola: [...] *eu acho que as pessoas não tinham o entendimento do que seria trabalhar com igualdade de gênero e isso é importante, não basta eu dizer pros meus professores que a gente trabalha igualdade de gênero sem falar como isso acontece na prática dentro da proposta pedagógica, porque daí esse professor*



vai agir da maneira que ele entender, e a maneira que ele entender pode sim ferir, pode sim ir contra o que se pensa e pode sim violentar essa criança. A gente viu os absurdos acontecendo e esses absurdos, novamente, é falta de conhecimento e falta de gestão, porque tu não tens só que lançar uma proposta, tu tens que fazer com que essa pessoa entenda até onde vai o limite dela enquanto professora (Belmira, entrevista, 2021).

A partir dessa narrativa, é importante nos referirmos ao necessário investimento da gestão das escolas em auxiliar e promover formação continuada e contínua para os profissionais da educação, para que as temáticas de gênero e de sexualidade possam ser trabalhadas no espaço escolar. A tarefa pedagógica é complexa, professoras/es e alunas/os são formados em tempos históricos distintos, “mas vivem todos [...] no mesmo mundo, na contemporaneidade” (SEFFENER, 2017, p. 25).

As vivências de gênero e de sexualidade pulsam nos diversos espaços da escola e se, como trouxe Belmira, *as pessoas não tinham o entendimento do que seria trabalhar com igualdade de gênero*, elas precisam de uma formação continuada, mas também contínua, possibilitando um

[...] constante processo de se (re)pensar e de pensar sobre o pensamento, colocando, no foco dessa vivência, as questões de gênero e sexualidade. Essa formação proposta, então, como continuada e contínua, caracteriza-se enquanto um encontro de múltiplas possibilidades educativas, fazendo a instituição escolar e os/as profissionais que nela atuam terem condições de se questionar, conseguirem refletir acerca de seus pensamentos, trazendo à tona o impensado. (RIZZA, *et al*, 2022, p. 123)

Nesse viés da formação no cotidiano, o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero vem, desde 2017, debruçando-se e promovendo espaços de ensino e de aprendizagem para profissionais da educação, almejando que elas e eles empreendam ações que façam do lugar onde atuam uma escola promotora da igualdade de gênero e de sexualidade. Como símbolo de uma escola promotora, desde o início do projeto, foi entregue pelo GESE, a todas as escolas participantes, uma placa com proposta de ser um selo marcador e intitulado dessa escola: Escola Promotora da Igualdade de Gênero.

A EMEI destacada neste artigo tem a sua placa exposta nas paredes do saguão da escola, ao lado das salas da gestão (Figura 2), essa também é uma forma de deixar explícito que dialoga com as temáticas de gênero e de sexualidade. Entretanto, constar na placa o nome do projeto expondo a palavra “gênero” de maneira explícita gerou e, ainda gera, alguns efeitos e confrontos das/os que reverberam um discurso antigênero, tendo em vista que se criou sobre esse termo um “inimigo imaginário comum” (JUNQUEIRA, 2017, p. 26). Esse fator coloca em risco valores morais e tradicionais de configuração familiar, de sexualidade e de modos de ser homem e de ser mulher.



Figura 2: Placa do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2023.

Temos acompanhado que o espaço político tem sido um importante palanque para a disseminação dessa ofensiva antigênero, como vimos no projeto de lei intitulado “Escola sem ideologia de gênero”, proposto em 2017, no município, em que a EMEI pesquisada está instalada, que visava cercear as discussões acerca das temáticas de gênero e de sexualidade no espaço escolar. No entanto, esse movimento teve continuidade, tanto que, no ano de 2021, um outro vereador, do mesmo município, enviou para a Coordenadora de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades, bem como para a reitoria e para o Instituto de Educação da FURG, à qual o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero está vinculada, um ofício questionando em que consistia e quais atividades eram realizadas por tal projeto.

No mesmo documento ele trouxe uma fotografia que apresentava a placa do projeto. Na imagem, é possível perceber as dependências da EMEI aqui abordada e nela fica explícito a placa da escola. O conteúdo do documento trazia uma mensagem de vigilância sobre a escola, bem como sobre o projeto e, ao mesmo tempo, apresentava dúvida do que de fato era trabalhado sobre as temáticas de gênero e de sexualidade, em uma tentativa de intimidação característica da narrativa da “ideologia de gênero” que “comporta fantasias a respeito do que se passa em sala de aula, as quais também mobilizam proposições de vigilância intensificada” (LIONÇO *et al*, 2018, p. 616).

Como explica Alexandre Bortolini de Castro,



foram postos em curso em todo país um número significativo de projetos de lei que propunham vetar a abordagem desses conteúdos nas instituições de ensino, indicando inclusive retaliações a profissionais de educação que insistissem em abordar esses temas. Ainda que evidentemente inconstitucionais, essas iniciativas produziram efeitos e, articuladas a variadas técnicas de intimidação, foram eficazes em instalar um clima de verdadeiro terrorismo ideológico nas escolas e nos sistemas de ensino. (CASTRO, 2022, p. 13).

Conforme as palavras do autor, e como temos visto ao longo desse artigo, há inúmeras estratégias para a disseminação do discurso antigênero que produzem efeitos e chegam nos espaços escolares de diferentes formas: por meios políticos; por ataques em redes sociais; pelas famílias e também por docentes. Na EMEI pesquisada, questionamentos e enfrentamentos vêm acontecendo em função do posicionamento e da identificação enquanto escola promotora da igualdade de gênero, bem como da placa pregada na parede, que, novamente, gera tensionamentos, agora com professoras da instituição, conforme relata Belmira: *A gente ouviu de algumas professoras que não concordavam com a placa da igualdade de gênero, que ela era para ser retirada e que nós não somos democráticas, que nós impomos uma coisa. [Uma professora em específico] teve esse posicionamento e outra disse que só concorda porque confia na escola, se fosse em outra escola ela não concordaria [...]* (Belmira, entrevista, 2022)

Nos perguntamos qual debate é possível tecer a partir do solo da democracia quando o meu direito de não concordar, não querer ou não aceitar algo, violenta pessoas diariamente? A fronteira desse debate é borrada a todo momento quando falamos de questões de gênero e de sexualidade, pois, ao tratarmos de pautas que dizem respeito aos direitos de mulheres e de sujeitas/os LGBTIA+, falamos de uma educação para igualdade que, em seu objetivo maior, busca suprimir milhares de mortes dessas/es sujeitas/os fruto da discriminação, do preconceito e das desigualdades de direitos.

A professora autora de tal posicionamento em relação à placa não autorizou sua participação na pesquisa, por isso, não foi possível trazer para esse trabalho narrativas literais que ouvimos dela. Entretanto, além do que foi narrado por Belmira, é possível descrever o que nós, autoras, trouxemos em nosso diário de campo¹¹, tendo em vista que se trata da nossa produção narrativa, ou seja, nossas percepções e significados sobre a vivência que produziu experiências.

Todas as professoras da EMEI tiveram de participar do curso, pois a formação foi uma demanda da direção para as profissionais, ocorrida em horário de trabalho. Desse modo, nesse espaço, a professora que salienta o discurso da “ideologia de gênero”, inclusive tra-

¹¹ As narrativas do diário foram produzidas a partir do Curso de Formação “Infâncias, Gêneros e Sexualidades: encontros e experiências possíveis” que foi apresentado na metodologia como espaço de produção de dados.



zendo esse termo ao longo dos encontros do curso, trouxe considerações que nos tocaram, nos possibilitaram sentir e pensar sobre o modo como toda essa engrenagem das discussões de gênero e de sexualidade tem reverberado nas escolas.

De imediato, em nossas anotações, podemos perceber, na expressão corporal dessa professora, um descontentamento com aquele espaço, ela “bufa”, bete o pé no chão, olha para cima e para o celular, não parece haver interesse algum em compreender o assunto trabalhado/discutido. A todo momento intervenções de enfrentamento acontecem, partindo de concepções essencialistas e biologizantes para falar de gênero e sexualidade, comparações de identidades sexuais com pessoas com autismo e outras especificidades de diagnósticos. Ao referir-se a mulheres lésbicas, faz uso de expressões utilizadas de modo depreciativo sobre a forma como essas mulheres produzem suas identidades sexuais, e, ao ser apresentado um vídeo de um homem transgênero, afirma que sempre o entenderá como mulher (anotações do diário de campo, 2021).

Outras professoras, colegas de trabalho participantes desses espaços de diálogo tentaram, por muitas vezes, trazer outros olhares, mas não havia disponibilidade nela para ouvir. Para nós, estudiosas de gênero, esses são embates que precisamos enfrentar, pois essa professora reproduz o discurso de um movimento que normaliza, violenta, discrimina e produz desigualdades. Cada vez mais, precisamos reforçar nossa resistência ao avanço reacionário anunciado, lutando por igualdade, equidade de gênero e liberdade das vivências da sexualidade.

A escola, espaço muitas vezes instrumento de fixação e manutenção de rótulos identitários de gênero e de sexualidade, também pode ser lugar de reflexão e de transformação, podendo constituir potente mecanismo para a libertação, “uma transformação que permita não só garantir o direito à educação de estudantes marginalizados, como mudar o papel da educação escolar na produção social do gênero e da sexualidade” (CASTRO, 2022, p. 311). Para isso, é preciso movimentos de resistências, promovendo o debate das questões de gênero e de sexualidade, a fim de possibilitar espaços de formação e de compreensão de gênero e de sexualidade como parte da Educação Infantil. Uma escola promotora da igualdade de gênero e de sexualidade constrói-se no dia-a-dia.

Nessa direção, finalizamos esse movimento de análise com as palavras da professora Belmira, embora saibamos que muitos outros dizeres possam emergir a partir das problematizações tecidas nessa escrita. Nossa intenção é poder conjugar o verbo “esperançar” quando nossa proposta de debate forem as questões de gênero e de sexualidade, quando



nosso foco for a possibilidade de existência de sujeitos que rompem/invertem/explodem/rasgam as normas socialmente estabelecidas, a produção e vivência dos gêneros e das sexualidades, que possamos esperar por mudanças, por formas outras de se viver nessa sociedade.

Saber que uma mãe estava aqui na fila pra fazer a matrícula deu um beijo na sua companheira e foi trabalhar com toda a tranquilidade, sem ninguém ter vindo até mim dizer “visse, elas se beijaram”, saber que um tio entra aqui pra buscar o seu sobrinho montado¹² [...]. são exemplos de que alguma coisa tá dando certo, algo tá dando certo aqui dentro. Não digo que as pessoas não sejam preconceituosas, eu acho que muitas pessoas são, mas acho que elas têm que guardar o preconceito delas pra elas, então pelo menos aqui dentro elas guardam (Belmira, entrevista, 2021).

Considerações finais

Então, assim, o barato de tu estar dialogando com a criança, é o momento que tu te permite sair daquele lugar de que tu sabe, e então, tu passa a compartilhar. Eu acho que esse é o fundamental aqui da proposta da escola, a gente ouvir essa criança. Então, tá, vem uma pergunta deles e tu devolve, ‘mas o que que tu sabes disso?’ ou ‘por que tu tá fazendo isso?’. Eu acho que essa é a grande sacada da nossa proposta, que nós estamos sempre em busca do que a criança quer e aí se eu escuto a criança eu consigo perceber aonde ela quer chegar. Se eu já vou determinar ‘não, eu tenho o saber, eu sei, olha aqui tens que saber isso, isso e isso’, a gente faz e fala coisas que não cabem pro momento muitas vezes, e aí que acaba gerando situações que a gente vê que distorcem, como a tal da “ideologia de gênero”, que distorce tudo e acaba que não é o que a gente faz. E aí a gente tem que estar convencendo as outras pessoas do que a gente faz, que não é um bicho de sete cabeças, que é o cotidiano, que é o dia-a-dia, que é o natural das relações (Nísia, entrevista, 2021).

Buscamos, neste texto, problematizar os efeitos do discurso de um movimento antigênero em uma EMEI que se intitula como uma escola promotora da igualdade de gênero e de sexualidade, e percebemos que as profissionais dessa escola sentem e falam do caos e do pânico cujo *slogan* da “ideologia de gênero” vem produzindo. O que reverbera o movimento antigênero, considerando gênero uma ideologia contrária aos interesses da família, gênero e sexualidade temas não escolares e uma ameaça às crianças, sem condizer com o fazer pedagógico de uma escola que busca ensinar a respeitar e a acolher as diferenças e a diversidade.

¹² A expressão “montado” é uma gíria que se refere a um modo de vestimenta, normalmente relacionadas a sujeitas/os que produzem e expressam seu gênero rompendo com a lógica socialmente instaurada.



A professora Nísia traz, em sua narrativa, que *o barato*¹³ ou *a grande sacada* da proposta pedagógica da EMEI para promover o debate de gênero e de sexualidade é dialogar com a criança e compartilhar saberes que fazem parte do mundo que ela vive, ao envolver brincadeiras, relações sociais, famílias, corpo, curiosidades, desejos. Contudo, na mesma narrativa, a docente reconhece que, como efeito do modo como os temas gênero e sexualidade foram postos em foco pelo *slogan* “ideologia de gênero”, seria preciso expressar para as pessoas o que, de fato, é trabalhado com as crianças.

Em “defesa” das crianças, o movimento antigênero colocou em ação inúmeras estratégias para impedir a discussão na escola, veiculam ódio declarado a movimentos que defendem o direito e a liberdade de mulheres e sujeitas/os LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgênero, Intersexuais), e buscam controlar o currículo, os materiais escolares e as/os docentes. No entanto, tomando-se pela urgência de criação de saídas para a educação, profissionais da área cavam outros caminhos, “criam espaços outros, que são tão importantes em todos os tempos e fundamentais nestes tempos em que vivemos.” (PARAÍSO, 2018, p. 17).

Gênero e sexualidade sempre estiveram no espaço da escola, sob diferentes aspectos de discussão – gravidez na adolescência, Infecções Sexualmente Transmissíveis, métodos contraceptivos – todavia, ao longo dos últimos anos, em que têm se buscado falar de liberdade, diversidade, respeito e inclusão das diferenças, essas temáticas, então, precisam estar em pauta não só no cotidiano do fazer pedagógico, mas também na reunião com as famílias, nos projetos políticos pedagógicos e em espaços de formação continuada e contínua.

Esse é o caminho que vimos – e ainda vemos – a EMEI construir. É importante reconhecer que o discurso da “ideologia de gênero” reverbera nessa escola, materializou-se por meio de projeto de lei no poder legislativo, de ofício questionando o que era feito na escola, de questionamentos e embates com docentes da própria EMEI e até na narrativa de uma das professoras quando ela defende a pauta, afirmando que os debates de gênero e sexualidade só acontecerão quando partirem da criança.

Todavia, ele também promove um desacomodar que gera, por fim, um movimento de luta e de resistência. O movimento antigênero segue, nesses últimos anos, imprimindo seus discursos discriminatórios, mas só seguem devido ao fato de, do outro lado, existirem escolas e profissionais da educação fazendo formação continuada, possibilitando o debate com crianças e jovens e, com isso, criando espaços para que famílias (no plural) existam, para que crianças reconheçam a autoproteção, para que jovens possam amar uns aos outros como melhor entenderem.

13 “Barato” é uma gíria que se refere a algo legal, algo considerado como positivo.



Referências

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria G. Lavallé. Natal, RN: EDUFRN, São Paulo. Paulus, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf> Acesso: 05, jul. 2023.

CASTRO, Alexandre Silva Bortolini. **Gênero, sexualidade, educação e democracia – o ciclo da política de educação em gênero e diversidade sexual**. 2022. 400p. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

CASTRO, Roney Polato de. **Experiência e constituição de sujeitos docentes: relações de gênero, sexualidade e formação em Pedagogia**. 2014. 256p. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, 2018, s/p.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 295p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes. Rio de Janeiro, NAU Editora, 2002. 160p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.) **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas Públicas de Educação: entre o direito à educação e a ofensiva antigênero. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**. Resistência e (ocupa)ações nos espaços de educação. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. p. 179-210.

JUNQUEIRA, Rogério. A agenda antigênero como diretriz das políticas de Estado: o caso da educação In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; BOER, Raphael Albuquerque de (org.) **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar**: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades. Rio Grande: Ed. FURG, 2022. p. 42-87.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. 6 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. p. 35–86.



LIONÇO, Tatiana Lionço; ALVES, Ana Clara de Oliveira; MATTIELLO, Felipe; FREIRE, Amanda Machado. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Psicologia Política*. vol. 18. nº 43. pp. 599-621. set. – dez. 2018

MISKOLCI, Richard. Pânicos Morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 101-128, 2007.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do *slogan* “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, Marlucy Alves, CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Org.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 23-52.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, maio/ago. 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLSzhYpcM/abstract/?lang=pt> > Acesso em: 02 jul. 2023.

PEREIRA, Lara Torrada. RIBEIRO, Paula Regina Costa; RIZZA, Juliana Lapa. A ofensiva antigênero e seus efeitos: Um projeto-experiência com professoras/es da Educação Básica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 107-126, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1093>. Acesso em: 25 jun. 2023.

POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault**: entrevistas. São Paulo: Graal, 2006. 107p.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Inscrevendo a Sexualidade: Discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde. Curso de Pós-Graduação: Bioquímica. 2002. 125p.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; PEREIRA, Lara Torrada. Educação para sexualidade: apresentando um espaço-experiência na formação de professores/as. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marça, (Org.). **Enfrentando a barbárie: temas emergentes sobre sexualidade, gênero e educação em cenários antidemocráticos**. Bauru, SP: Gradus Editora, 2022. p. 121-132.

SEFFNER, Fernando. Tem nexos não falar sobre sexo na escola? **Revista Textual**. Porto Alegre: Sinpro/RS, v. 1, n. 25, p. 22–29, maio, 2017. Disponível em: < https://www.sinpro.rs.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Textual_maio_2017_completa.pdf >. Acesso em: 17 de junho de 2019.



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane. **Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências**. 1 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora vozes, 2022.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2008. 285p.

XAVIER FILHA, Constantina. Brincar de fazer cinema com crianças: (des)propósitos, desafios e resistência em projeto de extensão. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**. Resistência e (ocupa)ações nos espaços de educação. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. p. 89-104.

Recebido em: 05/09/2023

Aceito em: 15/01/2024